

= CAIXA GERAL =  
— DE —  
= DEPÓSITOS =

PATRIMÓNIO  
ARQUITETÓNICO



3-21  
308



**Título**

Caixa Geral de Depósitos - Património Arquitetónico

**Coordenação geral**

Santiago Macias

**Autoria**

Helena Real Gomes

Santiago Macias

Sónia Bonacho

Valter Rodrigues

**Fotografias**

Arquivo Caixa Geral de Depósitos

**Design gráfico**

Direção de Comunicação e Marca | Design de Comunicação

**Impressão**

Finepaper

**Tiragem**

800 exemplares

**1ª Edição**

Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 2023

**Depósito Legal**

nº 522131/23

©Todos os direitos reservados  
Caixa Geral de Depósitos, S.A.

= CAIXA GERAL =  
—— DE ——  
= DEPÓSITOS =  
——  
**PATRIMÓNIO**  
**ARQUITETÓNICO**  
—————



# MARCAS NO TERRITÓRIO.

A evolução e o crescimento da Caixa acompanham, desde o início, os ritmos do País, a eles se adaptando em permanência. A presença e a importância do banco público são uma evidência. A partir do final da segunda década do século XX a Caixa começa a vincar a sua marca física no País. Os edifícios vão surgindo, primeiro em Lisboa, logo de seguida no Porto, depois nas capitais de distrito, a breve trecho um pouco por toda a parte, no Continente e nas Ilhas Adjacentes desses tempos.

A dicotomia entre filiais e agências marcava bem a hierarquia existente entre sítios de maior e de menor destaque. Procurava dar-se às filiais uma imagem consentânea com a formalidade que a imagem do banco do Estado requeria. Rapidamente, essa imagem se expandiu. Começava a afirmar-se uma marca no território. Muitos dos melhores arquitetos dessa época deram um importante contributo para que a Caixa fosse tomando forma.

O crescimento das agências, em número e em volume construído, acompanhou a expansão que o banco conheceu. Era necessário chegar mais longe e estar em mais locais. Tornava-se imperioso que os edifícios fossem cada vez mais funcionais, facilitando a vida a quem neles trabalhava e dando melhores condições de acolhimento aos clientes. À solidez e fiabilidade que se exigia da instituição respondia a arquitetura com uma imagem de robustez e de perenidade. Podemos, desse modo, dizer que a evolução arquitetónica da Caixa esteve, desde sempre, ligada à do banco em si. E que teve sempre em conta o contexto demográfico, cultural, económico e social. Algo que os arquitetos sempre referiam nas suas memórias descritivas, denotando preocupações muito vincadas de integração no meio envolvente.

Podemos também falar de marcas no território quando olhamos os edifícios das agências e constatamos como envelheceram bem e continuam perfeitamente integrados na sua envolvente urbanística. A Caixa não era, e não é, um banco qualquer ou uma instituição sem relevância económica ou social. Foi, por isso, natural que as suas filiais e agências ocupassem locais nobres das localidades. Quase sempre construindo de raiz e criando impactos positivos na sua envolvente. Os centros históricos foram respeitados e os monumentos junto aos quais os edifícios da Caixa tomaram forma não foram beliscados pela presença destas novas construções. Ao contrário, o desenho, por vezes solene, de filiais e agências acabou por marcar positivamente os locais onde se encontra. Podemos dizê-lo, por exemplo, a propósito de Évora, de Faro, de Angra do Heroísmo, de Vila de Conde ou de Torres Novas.

A passagem do tempo levou a que, naturalmente, novos programas e novas formas de ver e de organizar os espaços se impusessem. A Caixa Geral de Depósitos acompanhou essa evolução. Não só os antigos edifícios evoluíram e se adaptaram, como novas agências surgiram, num permanente esforço de renovação. Nessa modernidade se incluem, por exemplo, os projetos concretizados em Avis, em Leiria, em Portimão ou na Horta.

Todos os processos de crescimento foram devidamente ponderados. O crescimento dos edifícios, e a sua própria evolução, foi feito sempre de forma integrada, programada, respeitando a identidade de cada local e tendo sempre em conta uma imprescindível funcionalidade.

O mundo muda a cada dia. A forma como olhamos os edifícios onde nos instalamos mudou também. Nesse balançar entre passado e futuro, entre a tradição que queremos manter e a inovação que temos de promover, se tem feito a Caixa Geral de Depósitos. Esse espírito reflete-se também na imagem que a Caixa proporciona, através do que tem construído, ao longo de quase um século e meio. É um legado que temos como nosso e que queremos, como este livro testemunha, transmitir para o futuro.

## **António Morais**

Presidente do Conselho de Administração  
da Caixa Geral de Depósitos



# QUEM CONSTRUIU A CAIXA.

“Quem construiu Tebas, a de sete portas? / Nos livros, ficam os nomes dos reis. / Os reis arrasaram blocos de pedra? / Babilónia, muitas vezes destruída, / Quem a reconstruiu tantas vezes?”  
Ocorre-me citar Bertolt Brecht quando se fala de quem construiu a parte visível no exterior da Caixa. De quem deu forma aos edifícios da Caixa. Identificar os autores dos projetos de arquitetura é uma forma de dar primazia à importância de fixar a memória da instituição. De saber quem fez o quê e quando. É um ato de justiça fazer com que essa memória perdure nas gerações futuras.

Termos nomes de referência da arquitetura do século XX ao serviço da Caixa Geral de Depósitos é um motivo de justificado orgulho. Sabermos que Raúl Hestnes Ferreira, Porfírio Pardal Monteiro, Luís Cristino da Silva, Nuno Teotónio Pereira, Raúl Chorão Ramalho, Carrilho da Graça, Gonçalo Byrne, Francisco Conceição Silva, João Abel Manta, Arsénio Cordeiro e tantos outros ajudaram a construir a imagem da Caixa em todo o País equivale a dizermos que o legado deste banco perdurará também nesta área.

Quem construiu a parte mais visível do exterior da Caixa? Estes reputados arquitetos, seguramente. E, junto a eles, uma plêiade de desenhadores, de engenheiros, de orçamentistas, de pedreiros, de serventes, de carpinteiros, de serralheiros, de tanta gente que ajudou a que os edifícios da Caixa tomassem forma.

Muitas vezes criticados pela sua formalidade e tom solene, as agências da Caixa cruzaram décadas, passaram de um século para o outro. E ganharam um espaço próprio. Inegavelmente, impuseram-se. Mesmo quando os edifícios mudaram de funções – como aconteceu na Guarda, em Torres Novas ou em Matosinhos há longos anos, onde novas agências foram construídas –, a sua forte presença na paisagem urbana permaneceu. O mesmo aconteceu quando se ocuparam edifícios já construídos – a fusão com o B.N.U. em 2001 permitiu, na altura, libertar agências próximas, bem como no caso recente do Funchal – ou quando, depois, mudaram de mão para fins não bancários. Importa frisar que nos últimos anos apenas três edifícios (1,7% do total) foram alienados (dois em Lisboa, um em Aveiro). A Caixa mantém e valoriza o seu património, sempre que seja útil para os clientes.

Num mundo digital em que apenas cerca de 10% das transações se processam em instalações físicas, é importante fixar a memória do que a Caixa construiu. Nem sempre em Portugal o fazemos com a persistência que o nosso património coletivo merece. É, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma justiça. Quem foi o autor deste edifício?, muitas pessoas se perguntarão ao entrar numa agência. Quem construiu Tebas? Quem construiu a Caixa é a resposta que temos de dar. Deixando disso testemunho e perpetuando a memória de edifícios que são a face pública do banco. E valorizando as pessoas que são, muitas vezes, a parte menos visível mas mais importante desta realidade.

Formais, solenes, sólidos, os edifícios da Caixa não transmitem esta imagem por uma qualquer casualidade. A face financeira do Estado necessitava, e necessita, de transmitir seriedade, credibilidade e a ideia de uma instituição que irá durar no tempo.

O mundo mudou, e com ele se foi transformando a Caixa Geral de Depósitos. Em tempos recentes, o negócio bancário ganhou uma crescente flexibilidade. Isso refletiu-se na forma como nos instalamos e nos relacionamos com o público. Já não se constroem agências como outrora, é certo, e, uma vez que 9/10 do investimento é feito em sistemas de informação. Essa é, justamente, uma razão acrescida para fixarmos e recordarmos o que foi feito. Os edifícios que, ao longo de oito décadas, tomaram forma e serviram o País são motivo de afirmação. Foram quase duas centenas de agências construídas de raiz, das mais de 550 hoje existentes. Às quais haveria que acrescentar muitos outros edifícios, adquiridos e depois adaptados, para serem colocados ao serviço da economia, das empresas, das famílias e de Portugal.

Quem construiu Tebas? Quem construiu e quem, todos os dias, constrói a Caixa é a nossa resposta de todos os dias. Os edifícios que aqui apresentamos são uma parte dessa resposta. Fazem parte da nossa História, representam parte da nossa Identidade. Fazem parte do Património de Portugal. São um dos nossos contributos para a construção do País, para a defesa do património, sem paternalismo ou facilitismo. O livro que concretizámos tenta fixar, para memória futura, esse contributo.

**Paulo Moita de Macedo**  
Presidente da Comissão Executiva  
da Caixa Geral de Depósitos



# Herança.

A encomenda de arquitectura é, em si mesmo, um valor. A procura de reflexões sobre as condições específicas de cada lugar, em cada momento, por oposição à ideia de uma imagem reconhecível como um cartaz, é um acto cultural. Neste caso, um acto cultural urbano e portanto um serviço público.

O património construído da Caixa Geral de Depósitos é uma herança que nasce a partir da encomenda de diversas agências em todo o país, num largo período de tempo e nesse sentido constitui uma visão e um percurso vivo pela arquitectura portuguesa.

Um programa comum público, representativo, tem sido sistematicamente abordado ao longo dos últimos cem anos. Uma encomenda cuja continuidade e persistência permitem uma viagem arquitectónica no país e no tempo. A construção de cada agência corresponde a uma intervenção num lugar relevante de cada cidade ou vila e materializa, através de cada autor, o pensamento de vários períodos sobre a representação arquitectónica, a compreensão do significado de um programa específico assim como a relevância do património ou do contexto.

A riqueza deste legado está, assim, no seu conjunto, na colecção das múltiplas respostas a um mesmo pedido e o valor de cada intervenção está no olhar de cada autor, de cada arquitecto.

## **Manuel Aires Mateus** Arquitecto

## Nota prévia

Poucas instituições terão, em Portugal, deixado uma marca tão impressionante na paisagem urbana como a Caixa Geral de Depósitos. São cerca de duas centenas de edifícios construídos de raiz, ou objeto de grandes adaptações. Encontramo-los de norte a sul e em pleno Atlântico. No território continental e em quatro ilhas.

O tema central do livro é a imagem. No sentido da imagem que se quis dar. Da imagem criada pelo banco. A ideia foi a de percorrer todos os edifícios, existentes ou não, e de registar as suas fachadas. No caso dos imóveis que desapareceram (São João da Madeira, Setúbal, Vila Nova de Gaia), temos as fotografias. Nem sempre foi fácil determinar a sua localização precisa, obrigando-nos a recorrer à memória de profissionais mais velhos, que forneceram indicações insubstituíveis. Nos edifícios que chegaram até nós, temos diferentes situações:

- Edifícios que foram vendidos e aos quais se deram diferentes funções: habitacionais (como em Anadia), comerciais (como em Angra do Heroísmo), culturais (como na Lourinhã), de serviços públicos (como em Coruche, no Fundão ou em Tondela) ou ainda em fase de reconversão (como em Vila Nova de Famalicão).
- Edifícios que, no essencial, mantêm a configuração original (como Évora, Figueira da Foz, Porto / Avenida dos Aliados), por vezes com pequenos acrescentos ou modernizações (como em Chaves ou em Faro).
- Edifícios que foram demolidos tendo, no seu local, surgido novas agências (como na Horta, no Funchal ou em Leiria).
- Edifícios mais recentes, construídos no decorrer das últimas quatro décadas e que conservam, por isso, o desenho original.

Definiu-se, desde o início, que apenas os edifícios encomendados e construídos de raiz, ou, excepcionalmente, com adaptações substanciais, seriam integrados neste levantamento. Ou seja, aquilo que a Caixa promoveu, por sua iniciativa ou através do Ministério das Obras Públicas. De fora ficaram as agências instaladas em edifícios previamente existentes ou os espaços arrendados, soluções postas em prática cada vez com maior intensidade, em especial a partir do início do corrente século. Não incluímos, igualmente, no levantamento os edifícios que a Caixa incorporou no seu património, aquando da fusão com o Banco Nacional Ultramarino. Eram agências do B.N.U., cujo processo de construção tinha sido desenvolvido no quadro dessa instituição bancária e não no âmbito da Caixa. Temos o exemplo de Coruche, onde a agência mudou as suas instalações para o espaço que fora do B.N.U. e se optou por alienar o antigo edifício da Caixa. A mesma lógica de mudança temos em Lamego, onde a agência foi ocupar o espaço que pertencera ao Banco de Portugal. Ou seja, interessou-nos a imagem que a Caixa foi construindo ao longo dos anos, e que projetava para o exterior, e não fazer o registo de todos os edifícios que hoje ocupa. O livro foi-se construindo, com propósitos claros e simples. Os objetivos transformaram-se em perguntas: que imagem deixou a Caixa Geral de Depósitos nas localidades onde se instalou? Quem foram os “desenhadores” dessas realidades? O que aconteceu aos edifícios? Como é que o banco moldou a paisagem urbana dos sítios onde se instalou? A expansão da rede da Caixa esteve aliada ao alargamento da sua atividade e à criação de novos serviços, mais completos e abrangentes. A linguagem arquitetónica que acompanhou esse crescimento estava condicionada pelo gosto oficial da época e pela influência exercida por nomes como o do arquiteto António Reis Camelo. Criou-se uma linguagem estereotipada, muito centrada na otimização dos serviços e marcada por preocupações funcionais.

Optámos por um registo de fachadas e aí nos ativemos. Ou seja, o

nosso propósito inicial foi, e assim se manteve, o de identificar autores. Bem como o de localizar aqueles que trabalharam em alterações substanciais e a constatação de como elas foram concretizadas.

As páginas que se seguem não são uma análise científica da arquitetura da Caixa. Muito menos uma história da evolução dos seus edifícios. Um trabalho desse gabarito foi concretizado por Joana Brites na sua dissertação de doutoramento, publicada em dois volumes – *Arquitetura da CGD. Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970)* e *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970)*. Não nos interessava emulá-lo ou dar-lhe continuidade.

O que fomos construindo tem pressupostos distintos e uma metodologia diferente. Importa, sobretudo, um registo em espelho. Como foi cada sítio, e como se encontra hoje. Para cada local, uma curta legenda explicativa fornece dados sucintos sobre localização, autoria e data, aos quais se acrescenta um texto de enquadramento. Propomos uma visão global, sem barreiras cronológicas e que abranja todo o património arquitetónico criado pela Caixa.

Foram revistos todos os processos referentes às agências. É uma massa documental imensa, distribuída por vários arquivos (o Arquivo Histórico da Caixa, onde se concentram os processos de obras do antigo departamento de Património e Obras, e outros fundos documentais, ainda em fase intermédia, da responsabilidade da Direção de Recursos e Meios), com algumas lacunas, hoje irrecuperáveis. Apesar da existência de espólios de arquitetos noutras bibliotecas e centros de documentação, é na Caixa Geral de Depósitos que se encontra a maior parte da documentação pertinente para um trabalho como este.

Refazer o percurso dos edifícios implicou consultar todos os projetos, conservados em diferentes suportes (papel vegetal, desenhos em suporte ozalide azul ou cópias heliográficas, impressões em papel, reproduções, simples fotocópias, pdf etc.), tal como obrigou a uma revisão de todos os materiais fotográficos existentes no Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos. Um trabalho longo e intenso, que permitiu, com frequência, localizar elementos inéditos.

Determinou-se, como ponto de partida, usar os textos das memórias descritivas como forma de ilustração dos projetos. Colocar os autores a explicar as intenções e as opções estéticas tomadas seria, à partida, uma forma de colocar a arquitetura a falar por si. Tal intenção só em parte pode ser cumprida. Em vários projetos, sobretudo nos mais antigos, faltam as memórias descritivas. Em muitos outros, o texto pautou-se por uma tal economia de palavras e por abordagens tão genéricas que se tornou impossível extrair deles qualquer elemento válido ou pertinente.

Esta “inexpressividade” deve-se, talvez, ao processo quase mecânico de certos projetos, cujos traços e orientações se pautavam por linhas impostas, o que aconteceu, principalmente, até meados da década de 60. A organização dos espaços das agências foi, até determinada altura, pensada em função das características dos serviços que a Caixa preconizava. A preocupação dos autores girava, assim, em torno da funcionalidade do edifício ou da forma de organização dos espaços, deixando para segundo plano explicações sobre o desenho e sobre o que estava a ser concebido. É de salientar a preocupação em alinhar o traço e os espaços aos vários serviços, criando-se uma estilização operada de dentro para fora. Um arquiteto como António Reis Camelo usou em vários edifícios, de norte a sul, a mesma expressão – “arquitetura palaciana local” – para enquadrar e justificar o projeto.

Em raras ocasiões, a memória descritiva explica com detalhe não só o desenho do projeto como o enquadramento do edifício na malha urbana. O melhor desses exemplos é, talvez, o texto do arquiteto Nuno Teotónio Pereira na nova agência da Horta. De forma complementar,

usaram-se outros documentos e relatórios, por vezes com informações pertinentes quanto à forma como os edifícios eram percebidos (como nos casos das primitivas agências de Beja e da Guarda). Houve ainda outras circunstâncias em que as memórias descritivas não estavam assinadas ou datadas. Isso levou a que diligências complementares fossem feitas, no sentido de determinar a autoria de projetos como os do Cartaxo ou a ampliação da agência de Loulé, onde peças sem identificação ou textos com assinaturas difíceis de identificar foram o ponto de partida para a atribuição da autoria.

A insuficiência de base escrita teve, por vezes, correspondência nas lacunas existentes nas peças desenhadas. A qualidade e a diversidade dos materiais é muito desigual. Muitas vezes, tivemos de escolher o que nos foi possível e não exatamente aquilo que teríamos desejado. Em todo o caso, o panorama que foi possível construir dá uma imagem muito abrangente das agências de todo o País, entre a sua construção inicial e a atualidade.

Importa ainda deixar uma nota sobre a existência de uma Comissão de Obras, que atuava na construção/remodelação de edifícios para a Caixa e para os CTT. Prova disso são, por exemplo, os imóveis de Santa Comba Dão e de Miranda do Douro que, ainda hoje, são partilhados com aquela entidade.

Trabalhámos numa fixação da memória da instituição. Utilizámos, em primeiro lugar, alçados e fotografias antigas. Procurámos, sempre que possível, reproduzir imagens inéditas. E contrastámos, finalmente, essa memória com um registo exaustivo de todos os edifícios ainda existentes. E que são a larga maioria.

O livro foi-se construindo como uma longa viagem, ao longo de quase um século, e cruzando todo o País. O que permite também refazer um percurso, iniciado em 1921 e terminado já no início do século XXI.

A expansão dos serviços da Caixa já estava prevista na Lei que criou a instituição, a 10 de abril de 1876, e ficou expressamente definido no Regulamento de 6 de dezembro do mesmo ano. A partir dessa altura, os cofres centrais dos distritos do Continente e ilhas adjacentes eram considerados como delegações da Caixa Geral de Depósitos. O objetivo consistia numa descentralização gradual dos serviços, permitindo responder às necessidades da população.

Com a progressiva criação e disponibilização de novos serviços, tornou-se decisiva a ampliação da rede de filiais e agências por todo o país.

Só no início da terceira década do século XX se começou a deixar uma marca física no território. Desde cedo, se definiu um padrão de presença nos espaços urbanos. As agências da Caixa pontuavam os centros históricos ou os espaços centrais das localidades. A vizinhança dos Paços do Concelho era comum (eram esses edifícios que acolhiam os primitivos serviços da Caixa, quando se instalavam nas diversas localidades), afirmando-se a presença do banco nas zonas de maior destaque de cada sítio. Muitas vezes, as agências situavam-se em troços urbanos de estradas nacionais, conferindo maior visibilidade aos edifícios.

Os primeiros projetos foram postos no terreno por um ainda muito jovem Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), em Lisboa, no Porto, em Beja e em Setúbal. Em dois deles, os templos religiosos foram convertidos em templos financeiros. Pardal Monteiro tomaria, depois, um caminho autónomo, e outros nomes começaram a construir a imagem da Caixa. Destaca-se, no início da década de 30, Raul Martins (1892-1934), cujo prematuro desaparecimento não o impediu de desenvolver um conjunto de obras importantes. Algumas delas resistiram à passagem do tempo, ainda que tenham perdido a função original. Os anos seguintes seriam dominados pelas figuras de António Reis Camelo (1899-1985) e de João Simões (1908-1993). António Reis Camelo intervém, como autor ou coautor, em 30 desses edifícios (primeiro enquanto funcionário, entre 1928 e 1938, depois, a partir de 1942, como técnico ao serviço da Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência), incluindo onze intervenções em cidades de primeira grandeza: Alandroal, Amarante, Anadia, Angra do Heroísmo, Arganil, Bragança, Caminha, Chaves, Coimbra, Covilhã, Estarreja, Évora, Faro, Gouveia, Lisboa / Calhariz, Oliveira de Azeméis, Ovar, Pinhel, Ponta Delgada, Ponte de Lima, Porto / Santo António,

Santa Comba Dão, Santarém, São João da Madeira, Seia, Tomar, Tondela, Valença, Viana do Castelo e Viseu. Os projetos de Reis Camelo estendem-se ao longo de quase meio século, entre Anadia (1933) e Alandroal (1981). Um exemplo invulgar de permanência ao serviço de uma instituição. A influência de Reis Camelo foi clara entre 1933 e o final da década de 40. Mais de uma dezena desses projetos foi levada a cabo em parceria com João Simões, numa ligação que se estenderia para lá da Caixa Geral de Depósitos. Em conjunto, assinaram o projeto de um dos pavilhões da Exposição do Mundo Português, onde hoje se encontra o Museu de Arte Popular.

Está por estudar o papel de Reis Camelo na definição da imagem da Caixa Geral de Depósitos. Parece evidente que, tanto como autor como no papel de avaliador dos projetos, contribuiu, de forma decisiva, para criar um padrão. O trabalho que desenvolveu, durante cerca de duas décadas, sublinhou o tom solene, pesado e formal que as agências da Caixa foram tomando. Os edifícios desse período – entre o início da década de 30 e meados da década de 50 – são facilmente identificáveis, como se de uma imagem de marca se tratasse. Mesmo depois desse período imperou algum conservadorismo, apenas quebrado pontualmente por projetos como os de Jorge Ferreira Chaves (São Pedro do Sul) ou de Leonardo Castro Freire (Torres Vedras).

Em pano de fundo, fica a figura discreta de Artur Pires Martins (1914-1999), que, mesmo quando assina o essencial do desenho de um projeto (a segunda filial de Angra do Heroísmo), parece não o fazer. Pela carreira deste arquiteto do Ministério das Obras Públicas (mais tarde da própria Caixa Geral de Depósitos) passaram nomes ligados a projetos do banco, como Amílcar Pinto, Reis Camelo, José Bastos, Cândido Palma de Melo e José Leopoldo Leal.

Só depois de abril de 1974 foi possível uma renovação na forma de ver os edifícios bancários. As agências da Caixa deixaram de ter a “imagem de marca” que outrora ostentavam. A chegada de novos arquitetos – ou a presença de consagrados, ostracizados pelo Estado Novo – deu aos novos edifícios, ou às ampliações que foram feitas, um sinal de inovação. Surgem nomes como Raúl Hestnes Ferreira, João Luís Carrilho da Graça, Gonçalo Byrne, João Paulo Conceição, Raúl Chorão Ramalho, Francisco George ou Bartolomeu Costa Cabral. A desigualdade na qualidade das intervenções marcaria o último quartel do século XX, bastante intenso nas novas edificações e nas adaptações que foi necessário fazer. Por todo o País a Caixa intervém. A vontade expansionista cria novos edifícios que a breve trecho se revelarão sobredimensionados (vejam-se os exemplos de Alijó, do Cartaxo, ou de Vendas Novas, entre outros).

Ponto de viragem neste processo foi a construção do controverso edifício-sede. Desenvolvido a partir da década de 80, em ambiente de polémica devido à presença no local dos restos de uma antiga fábrica de cerâmica, acabou por se afirmar no panorama lisboeta. Disse Arsénio Cordeiro, autor do projeto, “da qualidade da obra, o tempo falará por si”. Uma posição sóbria, a que o próprio tempo veio dar razão.

Os anos que se seguiram foram marcados pela contenção, cada vez mais acentuada. A conclusão da agência de Macedo de Cavaleiros, ocorrida já neste século, encerrou mais de oito décadas de ativa presença criativa e construtiva no território nacional. Fechado esse processo, vale a pena dele deixar um registo, que faz parte da história da Caixa Geral de Depósitos e que motivará, seguramente, mais aprofundadas investigações.

**Helena Real Gomes**

**Santiago Macias**

**Sónia Bonacho**

**Valter Rodrigues**

# Porto

## Avenida dos Aliados

A filial da Avenida dos Aliados é um dos mais emblemáticos e belos edifícios da Caixa Geral de Depósitos. Faz jus ao local onde se encontra, em pleno centro cívico do Porto. E está de acordo com o ambiente de “boulevard”, ao gosto parisiense, dos Aliados. A construção da filial prolonga-se por toda a segunda metade da década de 20 (Brites, 2014a: 188-201).

O projeto foi um trabalho de juventude de Porfírio Pardal Monteiro, então arquiteto-chefe da Secção de Obras e Edifícios da Caixa. O edifício ocupa o gaveto entre a Avenida dos Aliados e a Rua Passos Manuel. É uma obra com grande influência da *Art Déco*, bem visível no tratamento gráfico dos metais da fachada. As colunas rematadas por capitéis jónicos, bem como os entablamentos com mútulos de sugestão dórica, conferem a este monumento identidade clássica. O “templete” sobre a esquina do edifício sublinha bem essa característica. O interior é uma das mais conseguidas obras dessa fase criativa de Pardal Monteiro.

A filial do Porto conheceria duas importantes obras de remodelação. A primeira, pela mão de Cândido Palma de Melo, prolongou-se ao longo de toda a década de 50 e disse respeito a trabalhos de modificação e ampliação de interiores. A segunda (cf. infra) levou à ligação entre a Avenida dos Aliados e a Praça D. João I, com projeto de Francisco Braamcamp Figueiredo (A.H.C.G.D., caixa 20, proc. 002.01/086 a 088, caixa 21, proc. 131, 157, 002.01/93 e 94, caixa 23, proc. 002.01/102 e caixa 26, proc. 002.02/110).

### Arquiteto

Porfírio Pardal Monteiro . 1925





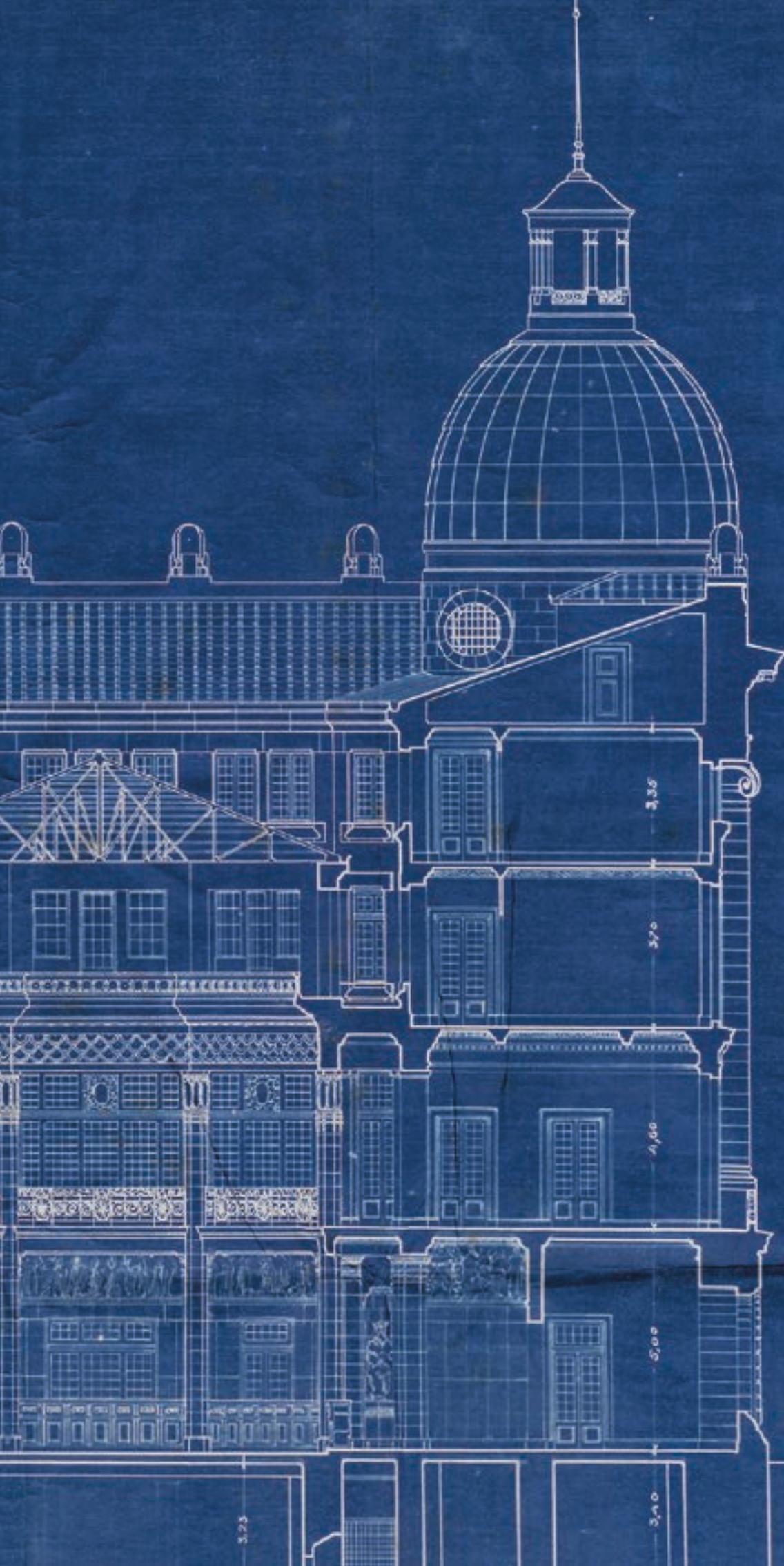
REPUBLICA PORTUGUESA

BANCA GERAL DE DEPOSITOS

1834

1834





SEÇÃO DE OBRAS E EDIFÍCIOS  
= CAIXA GERAL =  
— DE —  
= DEPOSITOS =  
FILIAL DO PORTO  
CORTE TRANSVERSAL  
ESCALA - 0,01 P.M.

COPIA Nº 101 DE  
DO Nº 1010  
3-21  
309

*Handwritten signature*

